

STJ00114243

MARIANA CARNAES

PROCESSO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL

BALIZAS NORMATIVAS PARA EFETIVAR A NEGOCIAÇÃO
NO ÂMBITO REGULATÓRIO

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Carnaes, Mariana.

Processo Administrativo Negocial:
balizas normativas para efetivar a
negociação no âmbito regulatório./
Mariana Carnaes. – Londrina, PR:
Thoth, 2022.

286 p.

Bibliografias: 261-286

ISBN 978-65-5959-279-1

1. Direito Administrativo. 2. Direito
Regulatório. I. Título.

CDD 341.3

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Betina Leme

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Administrativo : 341.3

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioi da Silveira • Prof. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA	7
AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO 1

DO ATO ADMINISTRATIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL.....	23
1.1 Da atuação verticalizada através de atos administrativos à concertação administrativa via acordos.....	23
1.1.1 Do ato ao processo administrativo.....	23
1.1.2 Do processo administrativo ao consensualismo.....	39
1.2 Processo e acordo administrativo: convergência	53
1.2.1 Processo e acordo como garantia à democracia participativa	55
1.2.2 Processo e acordo como instrumentos de coerência e <i>enforcement</i> administrativo	59
1.2.3 Processo e acordo como garantia à segurança jurídica e equidade	61
1.3 Processo e acordo: o elo perdido.....	68
1.3.1 A base para a mudança: as alterações na LINDB promovidas pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018.....	74
1.4 Processo administrativo negocial: uma matriz	77
1.5 Síntese do capítulo.....	90

CAPÍTULO 2

OS DESAFIOS ATINENTES AOS ACORDOS ADMINISTRATIVOS	91
2.1 Os desafios atinentes à postura adversarial das partes	92
2.1.1 Falta de confiança entre as partes	96

2.1.2 O baixo fluxo de informações entre as partes	102
2.1.3 A falta de sinergia entre as partes.....	106
2.2 Os desafios advindos do exercício impositivo da Administração Pública	111
2.2.1 A falta de negociação: os acordos por adesão	114
2.2.2 O efeito torção de braço (<i>the arm-twisting effect</i>)	121
2.3 Os desafios de controle do acordo administrativo	126
2.3.1 A difícil tarefa de controlar a negociação	127
2.3.2 O plurissubjetivismo negocial	131
2.4 Síntese do capítulo.....	134

CAPÍTULO 3

SUPERANDO DESAFIOS: SUGESTÕES PARA UMA MATRIZ PROCESSUAL NEGOCIAL.....	135
3.1 A prática consensual no ordenamento jurídico vigente	135
3.2 A composição da matriz: delineamentos sobre o devido processo legal negocial	138
3.2.1 O tempo da negociação.....	150
3.3 Demais características que compõem a matriz processual negocial.....	154
3.3.1 O dever de colaboração.....	154
3.3.2 A construção conjunta das soluções	164
3.3.3 A paridade possível	178
3.3.4 As soluções criativas.....	184
3.3.5 A influência de terceiros	192
3.4 Da relação de controle.....	197
3.4.1 A participação das autoridades administra-tivas de controle na celebração do acordo	198
3.4.2 Tratamento para a opacidade: o impacto nos acordos informais.....	202
3.5 Síntese do capítulo	207

CAPÍTULO 4

A MATRIZ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL.....	209
4.1 Para além do que já foi dito: a importante normatização do processo administrativo negocial.....	209
4.1.1 Tendência ao implemento da regulação responsiva: incentivo para criação da matriz negocial	212
4.1.2 Flexibilidade versus regras processuais: risco à eficiência administrativa?.....	216
4.2 Matriz por standards normativos.....	219

4.2.1 Histórico orientador da regência por standards	220
4.2.1.1 A constitucionalização do Direito.....	220
4.2.1.2 Adoção do método da nova governança pública.....	223
4.2.1.3 Aproximação dos sistemas da <i>civil law</i> e da <i>common law</i>	224
4.2.1.4 A emergência de um Direito Global.....	227
4.2.2 O desafio da regência por standards normativos.....	228
4.3 A formalização da matriz	231
4.3.1 A difícil superação do legalismo formal	232
4.3.2 Normativos infralegais: atuação setorializada e cura para o déficit democrático.....	237
4.3.3 Os métodos soft: autorregulação e códigos interna corporis.....	244
4.4 Existe solução ótima para a formalização da matriz negocial?.....	248
4.5 Da proposta de normatização	251
4.6 Síntese do capítulo.....	253
CONCLUSÃO	255
REFERÊNCIAS.....	261